

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Wide Digital e Tecnologia S.A (anteriormente denominada Wide Desenvolvimento Humano e Tecnologia S.A.), foi constituída em 2008 sendo a pioneira em TVs Corporativas no Brasil, com alta especialização na distribuição de informação, integração e motivação de públicos internos, por meio de recursos digitais de última geração.

Distribuindo informação corporativa em monitores digitais, com identidade visual personalizada e conteúdos customizados, a TV corporativa da Companhia permite unificar discursos junto a colaboradores, acionistas e clientes que visitam as Companhias, promovendo integração entre as áreas, divulgação direcionada das estratégias, motivação de equipes e, principalmente, a difusão eficiente dos valores da organização.

A Companhia vem crescendo bastante no atendimento ao mercado de Varejo, promovendo a comunicação dos clientes com seus consumidores finais, através da sinalização digital nos PDVs apoiando principalmente no incremento de vendas, divulgação de produtos, consolidação da marca do cliente e ainda promovendo uma experiência de compras diferenciada para o consumidor.

No Brasil as unidades estão localizadas em Barueri- SP e no Rio de Janeiro.

A Companhia tem como principal acionista a RN Brasil Participações Ltda. que detém 38,61% do seu capital social diretamente e indiretamente através dos demais acionistas do Grupo SEB. A dependência econômica é significativa, sendo essa sua principal fonte de suporte financeiro que é realizado por meios de contratos de mútuos (Nota Explicativa nº 7) das demais Companhias do grupo e aportes de capital (Nota Explicativa nº17). Adicionalmente, os principais acionistas e o Grupo SEB (Sistema Educacional Brasileiro S.A.) não possuem intenção ou planos que possam afetar significativamente as operações da Companhia, e por isso, se comprometem na manutenção do suporte financeiro, sempre que necessário.

1.1. Evento societário em 2020 (reestruturação societária)

Em 22 de janeiro de 2020, foram aprovadas e registradas a incorporação da controlada Media Corp Serviços de Publicidade e Mídia Corporativa Ltda., conforme AGE aprovada pelo conselho de administração e registrado no livro de ações. De acordo com o laudo de avaliação e atos societários, previamente à incorporação do acervo líquido da Media Corp serviços de Publicidade e Mídia Corporativa Ltda, no valor positivo de R\$1.563, onde fez necessário neutralizar o investimento que a Companhia continha na Media Corp Serviços de Publicidade e Mídia Corporativa Ltda, equivalente a 60% do acervo líquido, no valor total de R\$937, mediante mera substituição de ativos do balanço da Companhia, pelos ativos e passivos que integram o patrimônio líquido da Media Corp serviços de Publicidade e Mídia Corporativa Ltda, e conseqüentemente extinção de 937.805 quotas, no valor nominal R\$937, que a Companhia detinha do capital social da Media Corp serviços de Publicidade e Mídia Corporativa Ltda. Deste modo, segundo o referido laudo de avaliação, após esse ajuste, o acervo remanescente incorporado ao capital social da Companhia foi no valor de R\$625, equivalente a 40% do acervo líquido da Media Corp serviços de Publicidade e Mídia Corporativa Ltda. Na integração ao capital social da Companhia novas ações foram emitidas em titularidade aos acionistas minoritários advindos da entidade incorporada (veja nota explicativa nº15).

Neste mesmo ato a alteração da razão social de Wide Desenvolvimento Humano e Tecnologia S.A para Wide Digital e Tecnologia S.A.

1.2. Pandemia da COVID e seus Impactos

Após a paralisação de vários setores produtivos e fragilidade na economia, sofremos impactos de redução de cerca de 11% na receita oriunda do mercado corporativo, para que não ocorresse impacto em nosso caixa aplicamos a MP disponibilizada pelo governo, reduzindo a jornada de trabalho e redução salarial em 25%, negociamos a redução de aluguel das salas comerciais, reduzimos os custos com licenças e implantamos o home office 100%.

Para exercício de 2021, estamos em planejamento de implantação do sistema híbrido para as unidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Companhia segue monitorando o assunto, adotando medidas de austeridade em sua gestão de caixa e acompanhando estritamente as recomendações das autoridades de saúde do país e da Organização Mundial de Saúde.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela administração da Companhia em 08 de agosto de 2022. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção as aplicações contábeis que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo para fins de divulgação.

2.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

2.5. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.6. Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 9), estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

i) **Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir: **(a)** o ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e **(b)** os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por:

- a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado;
- b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável;
- c) contrato de garantia financeira;
- d) compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado; e
- e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15.

ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Impairment de ativos financeiros

Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio do resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais.

v) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de hedge.

vi) Classificação como instrumentos de dívida e de patrimônio líquido

Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual.

vii) Instrumentos de patrimônio líquido

Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade líquida de todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos pela Companhia são registrados pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

2.7. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante, as provisões são descontadas a valor presente utilizando a taxa de juros antes dos tributos que reflète, quando apropriado, os riscos específicos daquele passivo. Quando descontos a valor presente são utilizados, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.8. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os ativos construídos pela própria Companhia incluem custo de materiais alocados ao custo do imobilizado construído.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado.

2.9. Partes relacionadas

Na prática, o relacionamento das partes é uma particularidade muito comum em um grupo de sócios. Partindo deste pressuposto fica claro que o estudo das operações entre essas partes relacionadas se faz mais do que necessário, para que se delineiem demarcações de atuações e coadjuvação das pessoas envolvidas.

2.10. Impostos e contribuições

a) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10%), e a contribuição social sobre o lucro pela alíquota de 9%. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferidos são calculados às alíquotas vigentes na legislação fiscal e são provenientes de diferenças temporárias (correspondentes a valores que integrarão os resultados fiscais de períodos subsequentes), inclusive os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro.

2.11. Novas normas, alterações e interpretações

a) Normas adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019

• IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

Estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06(R2)/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03(R2)/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia analisou os contratos vigentes de arrendamento, e optou pela não contabilização dos arrendamentos.

INBC TG 22 – “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23)”

A Interpretação trata da contabilização dos tributos nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incertezas que afetam a aplicação da IAS 12 (NBC TG 32) e não se aplica aos tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes aos juros e multas associados aos tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: **(i)** se a empresa considera tratamentos tributários incertos separadamente; **(ii)** as suposições que a empresa faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; **(iii)** como a empresa determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; **(iv)** como a empresa considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A interpretação foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019. No melhor entendimento da Administração a aplicação da interpretação não trouxe impactos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, uma vez que os principais tratamentos dos tributos são considerados pela Administração – com suporte dos seus consultores jurídicos – como provável de serem aceitos pelas autoridades tributárias.

b) Novas normas e interpretações ainda não efetivas:

Durante o exercício de 2020, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2020. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2020, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes:

- Definição de negócios (alterações ao IFRS 3);
- Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8);
- Reforma da taxa de juros referenciais (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7);
- Alterações nas referências à estrutura conceitual básica (várias normas);
- Concessões relacionadas à COVID-19 (alterações à IFRS 16).

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações contábeis quanto a sua aplicação.

Novas normas, alterações e interpretações, às normas existentes que ainda não são efetivas e não foram adotadas pela Companhia, diante das quais não se esperam impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, não estão sendo efetuadas divulgações adicionais.

- IFRS 17 Contratos de seguros;
- Alterações ao IFRS 17 Contratos de seguros (alterações ao IFRS 17 e IFRS 4);
- Referências à Estrutura Conceitual;
- Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16);
- Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37);
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41) Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1).

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e com liquidez imediata sem risco significativo de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2019
Disponibilidades	80	104	105
Aplicações financeiras	361	317	491
Total	441	421	596

As aplicações financeiras têm como características liquidez diárias, baixo risco de crédito e remuneração foi de 90% a 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a receber

As contas a receber são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão perdas esperadas de créditos, quando aplicável.

O saldo de contas a receber está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2019
Clientes nacionais	4.446	1.880	3.481
Provisão para perda esperada de créditos	(1.582)	-	-
Total	2.864	1.880	3.481

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber faturados por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2019
A vencer	2.138	926	1.427
Vencidos			
Até 30 dias	224	954	2.054
De 31 a 90 dias	339	-	-
De 91 a 180 dias	34	-	-
De 181 a 360 dias	87	-	-
Acima de 360 dias	1.625	-	-
Total	4.446	1.880	3.481

A seguir, estão demonstrados a movimentação do saldo de provisão para perdas esperadas de créditos:

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2019
Saldo inicial	-	(1.623)	(2.741)
Movimento	(1.582)	1.623	2.741
Saldo final	(1.582)	-	-

5. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2019
CSLL retido na fonte a compensar	15	174	244
Imposto de renda retido na fonte	22	231	312
CSLL pago por estimativa	137	123	509
IRPJ pago por estimativa	509	476	489
Outros	503	269	-
Provisão para realização dos impostos	(721)	(735)	(735)
Total	465	538	819

6. Partes relacionadas

Os principais saldos dos ativos e passivos entre 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com entidades do mesmo grupo econômico. Essas transações foram realizadas em condições definidas entre elas, portanto, caso essas transações fossem realizadas com entidades não relacionadas, o resultado das operações poderia ter sido diferente.

A Companhia segue o pronunciamento técnico sobre a remuneração à empregados e administradores, bem como distribuição de dividendos e salários.

	Controladora			
	2020		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Wide Educacional S.A.	5.892	-	7.237	-
Companhia Brasileira de Comunicação - IBTP	-	642	-	642
Companhia Brasileira de Comunicação - AMPLA	-	80	-	80
Instituto Escola Paulista Ensino - AMPLA	-	300	-	300
Pedro Gabriel	4	-	-	-
Instituto Escola Paulista Ensino - IBTP	-	214	-	214
Outros	-	109	289	-
Total	5.896	1.345	7.526	1.236
Circulante	4	-	35	-
Não circulante	5.892	1.345	7.491	1.236

	Consolidado	
	2019	
	Ativo	Passivo
Wide Educacional S.A.	7.237	-
Companhia Brasileira de Comunicação - IBTP	-	642
Companhia Brasileira de Comunicação - Ampla	-	80
Instituto Escola Paulista Ensino - Ampla	-	300
Instituto Escola Paulista Ensino - IBTP	-	214
Total	7.237	1.236
Não circulante	7.237	1.236

Os contratos de mútuos com partes relacionadas não possuem incidência de juros.

7. Investimentos

Companhia	% de participação (atual)	Quantidade de ações	2019	Controladora	
			Patrimônio líquido da investida	2019	Resultado com equivalência patrimonial
			Valor contábil do investimento		
Média Corp. Serviços de Publicidade e Mídia Ltda.	60%	6.000	1.769	1.069	225

Em 22 de janeiro de 2020, foram aprovadas e concretizadas a Incorporação da Companhia Media Corp serviços de Publicidade e Mídia Corporativa Ltda., conforme AGE aprovada pelo conselho de administração e registrado no livro de ações (Nota Explicativa nº 1) o residual do acervo líquido incorporado de R\$ 625, atribuído aos minoritários da controlada, foram absorvidos ao capital da Companhia sendo emitidas 2.675.730 novas ações da companhia em titularidade à estes acionistas que passaram a compor o quadro societário da Companhia em 24,8%.

8. Imobilizado

Controladora	Equipamentos de tecnologia e informática				Total
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações	Equipamentos de telecomunicações	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	52	1.757	218	471	2.561
Adições	-	1.725	-	-	2
(-) Depreciação	(8)	(716)	(37)	(69)	(842)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	44	2.766	181	402	3.446
Adições	-	2.132	-	-	2.132
(-) Baixa	-	-	(7)	-	(7)
Incorporação	64	1.450	152	-	1.798
(-) Depreciação	(18)	(1.435)	(81)	(70)	(1.638)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	90	4.913	245	332	5.731

Consolidado	Equipamentos de tecnologia e informática				Total
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações	Equipamentos de telecomunicações	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	125	2.784	417	473	4.013
Adições	2	2.484	-	-	2
(-) Depreciação	(18)	(1.059)	(84)	(70)	(1.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	109	4.209	333	403	5.238

9. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	Controladora		Consolidado
		2020	2019	
Moeda nacional				
Santander – capital de giro	26,93% a.a	-	2.000	2.000
Cartão BNDES	-	4	-	34
Itaú – conta garantida	-	200	-	-
HP Financial – leasing	1,50%a.m	51	-	135
Empréstimo Itaú	0,62% a.m	667	1.250	1.250
Total		922	3.250	3.419
Circulante		655	2.583	2.691
Não circulante		267	667	728

A seguir as movimentações dos empréstimos e financiamentos.

Controladora

Companhia/Banco	Saldo Modalidade	2019	Adições		Amortização		Saldo
			Incorporação	Principal	Juros	Principal	
BNDES	Financiamento	-	4	-	-	-	4
Banco Itaú	Conta Garantida	-	-	200	-	-	200
Banco Itaú	Empréstimo	1.250	-	-	(539)	(44)	667
HP Financial	Empréstimo	-	51	-	-	-	51
Santander	Capital de giro	2.000	-	-	(2.000)	-	-
Total		3.250	55	200	(2.539)	(44)	922

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os empréstimos e financiamentos da Companhia não possuía cláusulas restritivas (covenants) e exceto pelo contrato com o HP Financial - Leasing que possui o ativo sob o contrato de leasing como garantia na operação, as demais transações não possuíam nenhuma garantia.

10. Salários, férias e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2019
Provisão de férias e encargos	495	250	401
INSS e FGTS a recolher	144	248	290
Salários a pagar	190	103	169
Total	829	601	860

11. Impostos parcelados a pagar

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2019
COFINS - parcelamento PGFN	13	16	104
PIS e COFINS - parcelamento RFB	384	375	405
INSS - parcelamento RFB	170	189	295
ISS - parcelamento simplificado	74	101	116
INSS - parcelamento previdenciário	414	435	435
INSS - Pert	609	550	550
IRPJ E CSLL	386	-	-
PIS e COFINS - Pert	504	567	567
Total	2.554	2.233	2.472
Circulante	539	357	434
Não circulante	2.015	1.876	2.038

- Parcelamento simplificado de Cofins referente aos períodos de 12/2013, 04/2014, 05/2014, 06/2014 e 07/2014, somando a quantia original de R\$347, mais correção estimada de R\$238, totalizando o montante de R\$585, a ser quitado em 60 meses, com vencimento da primeira parcela em 06/10/2014; Parcelamento simplificado de PIS referente ao período de 05/2014, somando a quantia original de R\$15, mais correção estimada de R\$7, totalizando o montante de R\$23 a ser quitado em 38 meses, com vencimento da primeira parcela em 06/10/2014;
- Inclusão do parcelamento simplificado de Cofins no Refis da Lei nº 12.996/2014, referente aos períodos de 02/2013, 03/2013, 04/2013, 05/2013, 06/2013, 07/2013 e 08/2013, somando a quantia de R\$517, com correção de R\$122, e Cofins, inscrito em dívida ativa em 17/03/2011, no valor de R\$78. Inclusão de DARF's dos períodos de 09/2013 e 12/2013, no valor original de R\$120 e encargos de R\$33. Saldos a serem quitados em 180 parcelas, com antecipação de 10% do valor devido dividida em 5 vezes e início do pagamento em 25/08/2014;
- Inclusão do parcelamento simplificado de PIS no Refis Lei nº 12.996/2014, referente aos períodos de 03/2013, 04/2013, 07/2013 e 08/2013, somando a quantia de R\$58, com correção de R\$13. Inclusão de DARF do período de 09/2013, no valor original de R\$17 e encargos de R\$54. Saldos a serem quitados em 180 parcelas, com antecipação de 10% do valor devido dividida em 5 vezes e início do pagamento em 25/08/2014; e
- Inclusão do parcelamento simplificado de INSS no Refis Lei nº 12.966/2014, referente aos períodos de 09/2012, 05/2013, 07/2013 e 09/2013, somando a quantia de R\$365, com um total de encargos de R\$82. Saldos a serem quitados em 180 parcelas, com antecipação de 10% do valor devido dividida em 5 vezes e início do pagamento em 25/08/2014.

A exposição da parcela não circulante impostos parcelados está assim distribuída:

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2019
2021	-	357	357
2022	434	367	424
2023 até 2032	1.581	1.152	1.257
Total não circulante	2.015	1.876	2.038

12. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2019
Nova academia do concurso	143	143	143
Adiantamentos de clientes	804	778	778
Abanzai Representações S.A. (a)	1.650	1.650	1.650
Outros	-	-	119
Total	2.597	2.571	2.690

- (a) Em 19 de março de 2018, A Companhia firmou contrato junto com a Abanzai Representações S.A. para Adiantamento de uma plataforma de uma empresa ("Newco"), com objetivo de ofertar soluções de treinamento corporativo para empresas que atuam no mercado de bebidas e alimentos. Esta situação foi regularizada em 2021, conforme acordo de quitação realizada entre as partes.

13. Provisão para contingências

A Companhia são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

	Trabalhistas	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.666	209	1.875
Reversão de provisão	(1.475)	-	(1.475)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	191	209	400

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía processos trabalhistas, cíveis e tributárias (R\$135 em 2019), na controladora e consolidado, que, baseado na opinião dos advogados da Companhia, as chances de êxito são consideradas como possíveis e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As adições de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social correntes pela alíquota nominal e pela alíquota efetiva em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.697	3.607	4.008
Total das adições e exclusões	(1.597)	(2.134)	(2.104)
Base de cálculo	1.100	1.473	1.904
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Real - 34%	(267)	(798)	(1.054)
Alíquota efetiva	24%	54%	55%

A administração baseada nas expectativas futuras, não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal no montante de R\$ 6.644.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia era de R\$1.696 (R\$1.071 em 2019) dividido em 10.789.233 ações (8.113.503 em 2019).

	2020		2019	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Acionistas				
RN Brasil Participações Ltda.	4.165.472	38,61%	4.516.304	55,66%
BR Education Ventures Fundo de Investimento em Participações	1.318.444	12,22%	1.098.097	13,53%
Pedro Gabriel Maia de Moraes Forjaz	1.326.558	12,30%	1.383.504	17,05%
Rodrigo Paiva Quintão	1.032.849	9,57%	834.952	10,29%
Rogério Vedovato Frasson	270.180	2,50%	280.646	3,46%
Rubem da Costa Leite Amarante Neto	1.160.598	10,76%	-	-
Francisco de Paula Amarante	376.609	3,49%	-	-
Cristina Maria Forjaz Amarante	1.038.852	9,63%	-	-
Claudia Maria Forjaz Amarante	99.671	0,92%	-	-
Total	10.789.233		8.113.503	

- a) Na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de setembro de 2019 aprovou a incorporação da Media Corp Serviços de Publicidade e Mídia Corporativa Ltda., nesta mesma data foi aprovado a utilização do saldo da reserva de capital de R\$ 1.206 para absorção de parte dos prejuízos acumulados que totalizavam R\$13.880, ficando assim um saldo remanescente de R\$12.674;
- b) No ato subsequente foi aprovado a redução de capital social da Companhia de R\$13.745 para R\$1.071, gerando assim uma redução de R\$ 12.674, quando ocorreu a redistribuição das ações entre os acionistas;
- c) Em 22 de janeiro de 2020 foi registrado o aumento no capital social da Companhia pelo valor líquido do acervo líquido atribuído aos minoritários na incorporação da Media Corp serviços de Publicidade e Mídia Corporativa Ltda. foi de R\$625 por meio de emissão de novas ações pelo valor de R\$0,23358 (aproximadamente vinte e três centavos por ação) (Nota Explicativa nº 1).

16. Receita líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2019
Receita bruta de serviços prestados	20.673	23.519	32.053
Devoluções/cancelamentos	(1.217)	(1.428)	(1.529)
Impostos (PIS, Cofins e ISS)	(2.196)	(2.694)	(3.972)
Total	17.260	19.397	26.552

17. Custos e despesas por natureza

O grupo de custos e despesas é demonstrado no resultado por função. A conciliação entre custos e despesas por natureza/atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está demonstrada conforme segue:

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2019
Pessoal (salários, encargos, provisões e benefícios)	(2.102)	(5.518)	(7.710)
Custos de produção, utilidades e serviços	(8.500)	(4.179)	(6.602)
Serviços de terceiros	(254)	(4.058)	(4.694)
Aluguel e condomínio	(402)	-	-
Viagens e estadias	(48)	(412)	(457)
Depreciação e amortização	(2.005)	(1.088)	(1.522)
Outras (vendas, marketing, escritório)	(1.052)	(3.011)	(3.750)
Total	(14.363)	(18.266)	(24.735)

Classificadas como

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(8.500)	(10.089)	(14.610)
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(5.863)	(8.177)	(10.125)
Total	(14.363)	(18.266)	(24.735)

18. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2019
Receita financeira			
Juros ativos	1.187	1.719	1.723
Total	1.187	1.719	1.723

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2019
Despesa financeira			
Juros passivos	(1.299)	(1.553)	(1.696)
Comissões e tarifas bancárias	(49)	(113)	(127)
Outras despesas financeiras	(108)	(226)	(232)
Total	(1.456)	(1.892)	(2.055)

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital. A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades. Não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

b) Risco de crédito

A Companhia pode incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de prestações de serviços. Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes.

A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Controladora

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	441	421
Contas a receber de clientes	2.864	1.880
Partes relacionadas	5.896	7.526
Total	9.241	9.845

Consolidado

	2019
Caixa e equivalentes de caixa	496
Contas a receber de clientes	3.481
Partes relacionadas	7.237
Total	11.232

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Controladora

	2020	2019
Fornecedores	1.768	1.463
Empréstimos e financiamentos	922	3.250
Partes relacionadas	1.345	1.236
Total	4.035	5.949

Consolidado

	2019
Fornecedores	1.760
Empréstimos e financiamentos	3.419
Partes relacionadas	1.236
Total	6.415

d) Risco de taxa de juros

A Companhia gerencia este risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas, a forma que a Administração entende que qualquer volatilidade destas taxas não afetaria significativamente seu resultado, razão pela qual não está sendo apresentada a análise de sensibilidade.

e) Gestão de capital

A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, no entanto sem que isto a onere.

De forma similar ao mercado, a Companhia monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

f) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

g) Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como empréstimos e outras contas a pagar não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Para as operações de empréstimos e financiamentos a administração considera que valor justo se equipara ao valor contábil, devido ao fato de que essas operações se referem preponderantemente a empréstimo de capital de giro com taxas usuais de mercado. Desta forma, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data.

2020				
Classificação	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	(1)	Nível 1	441	441
Contas a receber de clientes	(2)	Nível 2	2.864	2.864
Partes relacionadas	(2)	Nível 2	5.896	5.896
Total			9.241	9.241
Passivo				
Fornecedores	(2)	Nível 2	1.768	1.768
Partes relacionadas	(2)	Nível 2	1.345	1.345
Empréstimos e financiamentos	(2)	Nível 2	922	922
Total			4.035	4.035

(1) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado;

(2) Custo amortizado.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir, apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

20. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Transações que não afetam caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

2020	
Investimentos (acervo líquido incorporado)	(625)
Patrimônio líquido (acervo líquido incorporado)	625

* * *